

RISCOS: deslocamentos, espoliação de migrantes e refugiados

Alexandre Ribeiro Neto¹
Rodrigo Santos Pinto²

Resumo

Nosso texto propõe uma problematização sobre deslocamento, espoliação de migrantes e refugiados. As dinâmicas populacionais na atualidade são objeto de estudo dos geógrafos e historiadores. Adotamos como principal suporte teórico metodológico, para refletir sobre refugiados os estudos de Tanuri (2010), propondo um diálogo com Bauman (2017), Harvey (2014). Contudo, nosso texto não se limita aos campos de conhecimento da História, Geografia e Educação. Flertamos também com a Matemática, ao introduzir O'Neil (2020) os dados sobre população deslocada de forma forçada de seus territórios funcionam como dados não prioritários para o tecido socio cibernético das redes sociais construído por algoritmos que criam um sistema de pontuação (escore) ajustável aos padrões do capitalismo de plataforma. Como resultado de nosso trabalho sinalizamos que: a espiral da violência aplicada dentro da fragilidade cotidiana e territorial dos povos envolvidos nessa calamidade demográfica funciona como eixo técnico para aplicar a estratégia da espoliação.

Palavras-chave: Espoliação. Deslocamento. Migrantes. Refugiados.

SCRATCHS: displacement, dispossession of migrants and refugees

Abstract

Our text proposes problematization about displacement, dispossession of migrants and refugees. A population dynamics today are the object of study by geographers and historians. We adopted Tanuri's (2010) studies as the main

¹ Formado em Licenciatura em História. Mestre e doutor em História da Educação é Professor Adjunto do Departamento de formação de Professores da UERJ/FEBF - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Leciona e orienta na graduação e no mestrado da mesma instituição. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5133-6610>. E-mail: aleribeironeto@gmail.com.

² Professor de Geografia do Município de Petrópolis. Licenciado em Geografia pela UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve pesquisas sobre migrantes, espoliação e a ocupação do espaço. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7774-9229>. E-mail: rspgeoufjf1977@gmail.com.

methodological theoretical support to reflect on refugees, proposing a dialogue with Bauman (2017), Harvey (2014). However, our text is not limited to the fields of knowledge of History, Geography and Education. We also flirt with Mathematics, by introducing O'Neil (2020) data on population forcibly displaced from their territories function as non-priority data for the socio-cybernetic fabric of social networks built by algorithms that create a scoring system adjustable to the standards of platform capitalism. As a result of our work. We point out that: the spiral of violence applied within the daily and territorial fragility of the people involved in this demographic calamity works as a technical axis to apply the strategy of dispossession.

Keywords: Spoliation. Displacement. Dispossession. Migrants. Refugees.

RIESGOS: desplazamiento, despojo de migrantes y refugiados

Resumen

Nuestro texto propone una problematización de el desplazamiento, el despojo de los migrantes y refugiados. La dinámica demográfica es hoy objeto de estudio de geógrafos e historiadores Adoptamos los estudios de Tanuri (2010) como principal soporte teórico metodológico para reflexionar sobre los refugiados, proponiendo un diálogo con Bauman (2017), Harvey (2014). Sin embargo, nuestro texto no se limita a los campos de conocimiento de la Historia, la Geografía y la Educación. También coqueteamos con las Matemáticas introduciendo a O' Neil (2020) los datos sobre población desplazada forzosamente de sus territorios funcionan como datos no prioritarios para el tejido socio-cibernético de las redes sociales construido por algoritmos que crean un sistema de puntuación ajustable a los estándares del capitalismo de plataforma. Como resultado de nuestro trabajo. Señalamos que: la espiral de violencia aplicada dentro de la fragilidad cotidiana y territorial de las personas involucradas en esta calamidad demográfica funciona como eje técnico para aplicar la estrategia del despojo.

Palabras clave: Despojo. Desplazamiento. Migrantes. Refugiados.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas populacionais na atualidade são objeto de estudo dos geógrafos. Os historiadores procuram seu objeto no passado, por meio do distanciamento no tempo intencionalmente a possibilidade de analisar o objeto com maior distanciamento. Antoine Prost em seu texto *Como a História faz o Historiador*, nos ajuda a combater essa visão tradicional do fazer historiográfico. Segundo o autor, o pesquisador pode criar o afastamento e a proximidade do objeto sem necessariamente colocá-lo no passado distante. Dessa forma, não estamos apenas preocupados com a diáspora africana como um fenômeno localizado no passado. Ao contrário, compreendemos que esse fluxo migratório não se esgotou. O refúgio na contemporaneidade apresenta uma nova face da diáspora africana.

Conhecer os contornos desse fenômeno nos interessam tanto como pesquisador e como militante, que compreende as nuances da ação das forças neoliberais que movimentam interesses econômicos, em nome do lucro cada vez mais voraz, obrigando um grande contingente de pessoas a deixar para trás sua casa, sua vida, sua história e construir tudo isso novamente em outro território.

PRIMEIROS TRAÇOS: PENSANDO O CONCEITO DE INFÂNCIA REFUGIADA

Nosso trabalho propõe uma reflexão sobre a infância refugiada. Ao apresentarmos o conceito de arqueologia compreendemos que, embora o fenômeno do refúgio esteja na superfície do tempo e do espaço é necessário escavar, escovar e friccionar as fontes documentais de pesquisa, para realizar um mapeamento dos indícios da presença humana na Terra. Agamben (1995) dialogando com o texto publicado por Hannah Arendt, sobre a temática, nos ajuda a pensar analítica e cronologicamente o fenômeno do refúgio, não como um problema de indivíduos, ao contrário, como um problema envolvendo um grande contingente populacional. Segundo o autor podemos localizá-lo após a

Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando ocorreu a queda do império Russo, Austro-Húngaro e Otomano também.

Nos domínios de Clio, Philippe Ariès foi um dos primeiros historiadores a problematizar a infância. Em 1978 ele publicou o livro *História Social da Criança e da família*. O historiador elegeu um conjunto de fontes documentais. São elas: registros de batismo, retrato de túmulos de crianças, pinturas entre outras. Seu livro iniciou um caminho que retirou a criança do anonimato, transformando-a em objeto de pesquisa. Essa virada historiográfica reverberou em outros lugares, sobretudo no Brasil

Apresentaremos três exemplos da ressonância na produção da pesquisa histórica no Brasil. Em 1995, Irene Rizzini e Francisco Pilotti organizaram *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Em 1997, Irene Rizzini publicou sua tese de doutorado, defendida no IUPERJ sob o título *O século Perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil*. Em 1997, o historiador Marcos César de Freitas organizou *História Social da Infância no Brasil*, reuniu os autores que apresentavam um diálogo entre a História e a História da Educação. Nesse compêndio, há um capítulo da historiadora Maria Luiza Marcilio sobre a História da criança abandonada, no ano seguinte, a autora publicou seu livro trazendo à baila a experiência do abandono e do amparo, na Colônia, Império e início da República. A autora contribui com um importante estudo sobre a Roda dos Expostos, lançando luzes sobre a ação da Igreja e sua assistência à infância abandonada.

No mesmo ano de 1997, José Roberto Góes e Manolo Florentino lançaram *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850*. A peça central é um processo crime, no qual o réu foi acusado de matar os próprios filhos para não vê-los escravos, nesse livro a criança escrava sai do segundo plano e eleva-se ao primeiro plano na cena histórica. Contudo, ainda não encontramos estudos dedicados a infância refugiada. Recorremos a Mukasonga (2017), que nos apresenta uma das características, que pode nos ajudar a pensar a infância refugiada.

Minha mãe tem somente uma ideia na cabeça, o mesmo projeto para todos os dias, uma única razão de viver: salvar os filhos. Para isso, ela elaborava estratégias, experimentava táticas. Seria preciso fugir, se esconder. É certo que o melhor seria fugir e se esconder no matagal espesso, cheio de espinhos, que ficava na nossa plantação. Mas, para isso, era preciso ter tempo. Mamãe espreitava os barulhos sem parar. Desde o dia em que queimaram nossa casa em Magi em que ela ouviu o rumor do ódio, como o zumbido de um enxame monstruoso vindo em nossa direção, ela desenvolveu, parece-me, um sexto sentido da presa que está sempre alerta (MUKASONGA, 2017, p.12-13).

Dialogando com a citação feita anteriormente, compreendemos que a infância refugiada é aquela que sobreviveu devido aos cuidados de seus pais. Ela está em trânsito, entre dois mundos. O primeiro é aquele onde ela nasceu, deu os primeiros passos, aprendeu a falar inserida em uma comunidade. Todavia, nele não pode crescer devido a conflitos étnicos, religiosos e políticos. O segundo é aquele que a recebeu, juntamente com sua família ou parte dela, cabendo a eles reconstruir a vida, construindo novamente o lar, aprendendo a língua e recriar a sua identidade. Mbembe (2018) nos ajuda a compreender a infância refugiada, ao sinalizar que a mesma se encontra dentro dos limites da Necropolítica.

[...] a pressão máxima da soberania reside, em grande medida. No poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder [...] Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte (MBEMBE, 2018, p.8,11).

Existe uma lacuna conceitual sobre infância refugiada. Esse conceito encontra-se em construção. Tanto Mukasonga (2017) como Mbembe (2018) nos ajudam a pensar essa fase da vida, indicando que existem as brechas sobre as quais esses pequenos indivíduos conseguem passar. A primeira autora desloca o seu olhar para a mãe e o cuidado com os filhos. Suas habilidades de perceber o perigo, de traçar planos de fuga, criar esconderijos na mata, ou em lugares

próximos da casa podem ser fundamentais para salvar a sua vida e da prole. Uma característica bastante marcante, mas mulheres refugiadas que são mães, é que elas estão constantemente cuidando dos filhos. Mesmo nos momentos de aprendizagem no curso de Português para Refugiados na UERJ, elas estão acompanhadas das crianças. Pensamos que não é somente por não ter com quem deixar os filhos, mas também por medo de perdê-los. Há cenas de carinho, de alegria, de sociabilidade que transformam o espaço da universidade. Se aos olhos dos soberanos eles deveriam morrer, aos olhos de suas mães eles deveriam viver. Seus esforços em cruzar a cidade de trem com as crianças demonstram, que uma força ancestral as habita. Ao olharmos para elas podemos aprender a lição, embora situações adversas se desenhasssem no horizonte, elas não se renderam.

O segundo autor apresenta um macro, lançando seus olhos para o Estado. Partindo do conceito de Biopolítica cunhado por Michel Foucault, criando o conceito de Necropolítica. Esse é o ponto de partida de Achille Mbembe. Nessa perspectiva, o soberano, define um conjunto de políticas que expressam a possibilidade de vida e morte dos indivíduos. Partindo desse pressuposto, no Brasil em 22 de julho de 1997 foi publicada a lei 9.474 definindo quem são os refugiados:

Toda pessoa que por temor de perseguição por causa de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou grupo social ou por existir uma situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos fuja de seu país ou local de sua residência habitual (LEI N.º 9.474, de 22 de julho 1997, p.1).

O conceito de Necropolítica de Mbembe dialoga com o conceito de Vidas Desperdiçadas de Bauman. Segundo o sociólogo, na sociedade capitalista alguns indivíduos não apresentam nenhum valor. Eles são considerados refugo humano, suas vidas são descartáveis.

Os refugiados são refugo humano, sem função útil para desempenharem na terra que chegaram e na qual permanecerão temporariamente, nem a intenção ou perspectiva realista de serem assimilados e anexados ao novo corpo social. De sua localização atual, o depósito de lixo, não há retorno nem estrada que leve em frente (a menos que seja para lugares ainda mais longínquos, como no caso dos

refugiados afegãos escoltados por navios de guerra australianos para uma ilha distante de todas as rotas navegadas). Uma distância grande o bastante para evitar que os venenosos eflúvios da decomposição social atinjam lugares habitados por seus moradores nativos - esse é o principal critério pelo qual se determina a localização de seus campos para sempre temporários (BAUMAN, 2005, p. 98-99).

A citação feita anteriormente, nos ajuda a conhecer uma face do pensamento da sociedade capitalista sobre os refugiados. Há os unem sua voz em coro e dizem, que eles são descartáveis, não há lugar para eles nos territórios onde pedem refúgio. Essas vozes declaram que os gastos com saúde, educação e segurança já são altos e devem ser direcionados aos que nasceram no país, criando o discurso do ódio e da xenofobia. Na sociedade capitalista não há consenso, pois há também grupos contrários a esse pensamento. Esses grupos defendem a inclusão dos refugiados e migrantes na sociedade, ressignificando a condição humana e a estendem ao próximo, mesmo que ele seja de outra nacionalidade direitos inalienáveis, inclusive o direito a vida. Esse grupo combate o discurso do ódio e da xenofobia. Eles tencionam o Estado pela ampliação de políticas públicas.

Implícito no debate sobre políticas públicas está a discussão sobre a concepção de Estado. Tanto em Mbembe quanto em Bauman elas aparecem tangenciadas. Ambos os autores acentuaram a desumanidade na sociedade capitalista, na qual os valores democráticos em declínio abrem espaço para a constituição do Estado de Exceção.

Perante a progressão imparável daquela a que se chamou uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a tornar-se o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esta transformação de uma medida provisória e excepcional em técnica de governo ameaça transformar radicalmente - e já, de facto, transformou sensivelmente - a estrutura e o sentido da distinção tradicional das formas de constituição. O estado de exceção apresenta-se pois, nesta perspectiva, como um limiar de indeterminação entre democracia a absolutismo (AGAMBIEN, 2010, p. 13).

Propomos um diálogo entre Agambien e Mbembe, refletindo sobre a citação feita anteriormente. Partindo da premissa de que, o estado na contemporaneidade passa por transformações impulsionadas pelo capitalismo,

nele há cada vez menos espaço para políticas que reconheçam os direitos trabalhistas e a democracia como um princípio. Essa alteração na estrutura do estado, transitando no limiar entre a democracia e absolutismo será denominada por Mbembe como o fim da Era do Humanismo.

Outro longo e mortal jogo começou. O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo. O capitalismo e a democracia liberal triunfaram sobre o fascismo em 1945 e sobre o comunismo no começo dos anos 1990 com a queda da União Soviética. Com a dissolução da União Soviética e o advento da globalização, seus destinos foram desenredados. A crescente bifurcação entre a democracia e o capital é a nova ameaça para a civilização (MBEMBE, 2019, p.1).

O deslocamento forçado de massas populacionais de uma área a outro, devido a necessidade de buscar de melhores condições de vida ou por temor de perseguição religião ou opinião política tem origem em processos de expropriação do capital.

O que tem acontecido nos últimos anos, contudo, é um enorme salto no contingente de refugiados e pessoas em busca de asilo, acrescido ao volume total de migrantes que já batiam às portas da Europa: esse salto foi causado pelo número crescente de Estados “afundados”, ou já submersos, ou - para todos os fins e propósitos - de territórios sem Estado, e portanto também sem leis, palcos de intermináveis guerras tribais e sectárias, assassinatos em massa e de um banditismo permanente do tipo salve-se quem puder. (BAUMAN, 2017, p. 11).

Dialogando com a citação feita anteriormente, gostaríamos de acentuar a ação do capital através das empresas internacionais. Para aumentar seus lucros incentivam guerras étnicas do continente africano, para obter a baixo custo metais usados na fabricação de componentes eletrônicos, capazes de armazenar energia por mais tempo. A guerra do COLTAN faz as vidas dos africanos serem consideradas refugio humano gerando a face mais perversa do refúgio.

O DESLOCAMENTO E A ESPOLIAÇÃO DE GRANDES MASSAS

O deslocamento das populações sobre os territórios descortina imensa variedade de fatores dispersores e desencadeadores de verdadeiras diásporas humanas. Diante da complexa paleta de matizes conceituais que pincelam a ideia de migração, torna-se essencial, para o presente trabalho, a adoção da visão dos movimentos populacionais que lance luz sobre o reflexo do sistema de acumulação que, em sua nova roupagem, espolia grandes massas territoriais e demográficas como estratégia para se apropriar e obter recursos naturais diversos.

Não podemos esquecer que esse fenômeno também possui como objetivo controlar a maciça maioria de indivíduos desapropriados e desterritorializados que densificam êxodos aterrorizados e desorientados em um complexo recorte de espaço geográfico restritivo a eles e contraditoriamente globalizado. A espiral da violência aplicada dentro da fragilidade cotidiana e territorial dos povos envolvidos nesta calamidade demográfica funciona como eixo técnico para aplicar a estratégia da espoliação. Conforme Harvey (2014) novas formas mais sofisticadas de imperialismo estão em atividade e produzem severos impactos de concentração e desigualdades.

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento do material genético, do plasma de sementes de todo o tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram papel vital no desenvolvimento desses materiais (HARVEY, 2014, p, 123).

Conforme citação feita anteriormente, compreender as geografias do processo histórico de exploração entre as nações descortina o protagonismo de uma lógica perversa para milhões de indivíduos deslocados na atualidade. Sincronizando o debate exposto com o núcleo da temática adotada pelo presente trabalho, emerge o caso específico da República Democrática do Congo na África e a guerra (silenciosa) do Coltan.

Este conflito não inova em termos de operação, método ou consequência, mas testifica e atualiza conceitos na medida em que a espoliação tem como alvo os pouco propagados minérios tecnológicos conhecidos destacadamente por terras raras. Tais minérios que serão usados para a nova mutação do sistema capitalista em tecnologias, que operam o cerne do mundo, que gravita em torno do motor elétrico e seus tantos adereços. A agulha que costura a guerra do Coltan com o presente texto está exatamente no sistema que controla e se estabelece sobre o nordeste do Congo; e resulta em enormes colunas de deslocados, desesperados e expropriados, à procura de novos territórios que permitam a continuidade de suas vidas; e se possível, suas cidadanias.

A cidadania tem uma forte dimensão espacial, o que a torna uma questão também para a geografia. Tanto os direitos, inscritos no conceito, como o acesso a eles emergem da relação entre território e as instituições sociais e políticas que mediatizam as lógicas que presidem a diferenciação da distribuição espacial da produção de riquezas e a repartição dos seus benefícios (CASTRO, 2005, p. 199).

A retirada da cidadania funciona como arma de espoliação da humanização e intenciona inocular o vazio sobre as vidas dos deslocados de forma forçada, porque o horror e medo também funcionam como objetivos adjacentes. Diante de tudo isso, o terror é mola propulsora para a precificação de vidas desesperadas.

Consideramos importante ressaltar que a extração da columbita e da tantalita (Coltan) se materializa dentro dos moldes históricos do imperialismo. Presença de milícias violentas, armadas e controladoras de vidas e territórios. O trabalho como fardo pesado que dissolve a pele e desnuda a estrutura óssea da escravidão. O comércio relativiza, nega e protege seus métodos para atender uma forma de consumo inebriada de mercados (alienados ou não) que se satisfazem diante do sacrifício da vida alheia. E, evidentemente, a fuga desesperada de massas desumanizadas.

O mercado do trabalho é um dos muitos mercados de produtos que se inscrevem as vidas dos indivíduos; o preço de mercadoria da mão de obra é apenas um dos muitos que precisam ser acompanhados,

Partindo do pressuposto apresentado por Bauman (2008) na citação feita anteriormente, o migrante e o refugiado, principalmente, merecem grifo por estarem profundamente vulneráveis em função das restrições impostas por novas adequações territoriais, muitas vezes linguísticas, culturais e socioeconômicas. Para os deslocados de forma forçada, poucas portas e fronteiras são abertas, porque elas se abrirão para cor, línguas e costumes de profunda riqueza humana; mas que estarão em farrapos, pois estão vestidas de desespero e miséria. As áreas de repulsão dos deslocados transformam o desejo de um migrante em aflição do refugiado que procura por endereços de novas coordenadas geográficas incertas, porém capazes de abrigá-los e ressignificar suas vidas dentro de uma roupagem mínima de existência e cidadania. Milton Santos nos ajuda a compreender a globalização como perversidade. Entre as ações perversas dessa globalização é a necessidade imigração.

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo real tal como nos fazem vê-lo; a globalização como fábula, o segundo seria o mundo tal como ele é; a globalização como perversidade, e o terceiro, o mundo como ele pode ser; uma outra globalização (SANTOS,2017, p.18).

Segundo Haesbaert (2014) o conceito de território expressa a conexão entre o espaço e relações de poder. Embora, as crianças ainda não possuam total compreensão dos vetores, que materializam as relações de poder, por meio dos relatos de seus pais elas entendem que essas relações não são simétricas. Há grupos sociais em luta pelo controle do território. Uns possuem mais força do que outros. Nesse jogo, os mais frágeis são obrigados a se deslocar, iniciando o processo de desterritorialização e reterritorialização.

[...]construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização,

sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte (DELEUZE e GUATARI, 1992, p.25).

Zourabichvili (2009) nos ajuda a compreender o pensamento de Deleuziano. Ele nos diz que há dos tipos de desterritorialização. Elas são: Relativa e Absoluta. A primeira consiste em mudar de território. A segunda em viver sobre uma linha abstrata ou de fuga. No interior do processo de desterritorialização há também resistência a dominação e reconstrução de novas territorialidades iniciando a reterritorialização.

Nesse sentido, o território - ou melhor ainda, os processos de desterritorialização, para enfatizar a dinâmica que constantemente o recompõe -, como o próprio poder, não pode ser tratado simplesmente na esfera das relações jurídico-administrativas, embora nelas encontre, é claro, uma das questões fundamentais a ser analisada. Se o poder, como afirma Foucault, implica sempre resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou “dominados” na verdade estão sempre também (re)construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência (HAESBAERT, 2014, p. 44).

Segundo Tanuri (2010) os africanos foram o maior grupo de refugiados no Brasil. A espoliação da África após a independência dos países, que por um longo tempo mantiveram suas colônias no continente africano não terminou com o processo de democratização. Ao contrário, o imperialismo transmutou sua maneira de explorar não só a mão de obra, mas também as riquezas do seu território.

Os africanos são 65% da população refugiada no Brasil. Entre os 75 países de origem dos refugiados o primeiro lugar é ocupado por Angola (mais de 16000 pessoas ou 40% do total de refugiados). A Colômbia, a República Democrática do Congo, a Libéria e o Iraque preenchem, nesta ordem, o quadro dos cinco países de origem mais representativos no número de refugiados. É possível apontar três características básicas dos refugiados que vivem no Brasil: a grande diversidade de países de origem, o número relativamente grande de africanos e o fato de viverem em sua totalidade em áreas urbanas, concentrados principalmente em duas grandes metrópoles - Rio de Janeiro e São Paulo. (TANURI, 2010, p. 5).

A guerra do Coltan, silenciosa, a leste da República Democrática do Congo, nos fornece um elemento de verificação entre a relação do processo de

globalização, a evolução dos meios de transporte e telecomunicação; e o fluxo ativo de mercadorias, capitais e pessoas. Neste sentido é relevante observar o papel do Estado que atua como uma das alavancas do processo de funcionamento do sistema capitalista. As regulações e crises políticas e econômicas refletem também as diretrizes do Estado diante do ambiente globalizado e servem diretamente aos interesses da acumulação do capital, como atesta Harvey (2014):

Uma das principais funções das intervenções do estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Essa é a essência de tudo o que está no programa de ajuste estrutural administrativo pelo FMI. Para as principais potências capitalistas, como os Estados Unidos, isso significa orquestrar esses processos em seu benefício específico, ao mesmo tempo em que proclamam seu papel como de um líder nobre que organiza “resgates” [...] Afim de manter a acumulação do capital global nos trilhos (HARVEY, 126).

Continuando o nosso diálogo com Harvey (2014) sobre o modelo de operação da espoliação, gostaríamos de salientar:

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre como apoio dos poderes do Estado (HARVEY, 2014, p. 126).

A partir da citação feita anteriormente, o autor lança luzes que nos permite aprofundar nossas reflexões sobre o processo de deslocamento e espoliação. Harvey (2014) focalizou a oportunidade de perceber que os deslocados estão subjugados tanto pelo processo de globalização e suas sofisticadas teias de fluidez quanto pelo próprio Estado Nacional, de maneira coadunada ao intento de espoliar recursos naturais, territórios estratégicos inteiros, manifestações culturais e símbolos para pessoas e comunidades. Tudo isso em nota consonante ao propósito da acumulação, desconsiderando solenemente a natureza cultural e ambiental. A condição humana dentro dessa tela transforma-se em espectro sem qualquer vestígio de proteção. Estarão

também privados, de forma intencionada, da própria condição mínima de cidadania. A partir desse fio, buscamos Castro (2005), que nos permite tecer algumas considerações sobre esse processo.

Cidadania, é, porém, palavra que contém muitos significados, não sendo possíveis estabelecer um conceito suficientemente abrangente e objetivo que recubra o conjunto das práticas políticas e sociais variáveis no tempo e no espaço por ela evocados[...] apenas um núcleo forte resiste no conceito. Se este núcleo não resolve totalmente o problema do conceito, ele tem constituído um ponto de partida filosófico necessário (CASTRO, 2005, p. 201).

Diante da complexidade desse debate percebemos que a noção de cidadania se configura como nódulo estrutural dentro da condição dos deslocados e, notadamente, dos refugiados. Recorremos mais uma vez a Castro (2005):

Se o conceito como direito e como prática reflete as circunstâncias objetivas da política como parte integrante do cotidiano social, para a Geografia o problema está em conhecer que modo as condições de suporte material no espaço, numa situação de profundas disparidades sociais e regionais, afetam essas circunstâncias. Apesar da natureza moral e política desse conceito, a prática da cidadania contemporânea ancora-se necessariamente no formato das relações sociais progressivamente estabelecidas nos marcos dos limites territoriais dos estados nacionais (CASTRO, 2005, p.201).

Percebemos com a ajuda conceitual de Castro (2005), que a mutação inerente e constante do sistema capitalista retira o protagonismo da ideia de comunidade e enfatiza o enredo de acúmulo de capital. Da mesma forma que a acumulação por espoliação, como Harvey (2014) nos apresentou, dialoga com Castro (2005) considerando também o discurso da retirada de direitos sociais e trabalhistas como lógica de valores e necessidades da própria existência humana. Segundo Harvey (2014):

Essa questão tem importância em toda análise política avaliativa das práticas imperialistas contemporâneas. Embora os níveis de exploração da força de trabalho em países em desenvolvimento sejam sem dúvida altos, podendo-se identificar abundantes casos de práticas abusivas, os relatos etnográficos das transformações sociais promovidas pelos investimentos externos diretos, pelo desenvolvimento industrial e pelos sistemas de produção “exportados” em muitas partes do mundo formam um enredo bem mais complexo (HARVEY, 2014, p. 135).

Voltemos assim para a tragédia dos deslocados de forma forçada. Tal evento foi dilatado pela globalização e sua aprimorada e perversa interconectividade; ao mesmo que dogmatizou o papel dos Estados nacionais de maneira congruente aos interesses das multinacionais e transnacionais. Logo, destacadamente os refugiados se estabelecem na base de tamanha tragédia na medida em que o sistema capitalista em sua nova roupagem espoliativa apresenta uma balança de empregabilidade reveladora da lógica do desemprego. Casa-se a isso a tendência dos nacionalismos que induzem às ondas extremistas não permeáveis à abertura de fronteiras aos deslocados de forma forçada.

Acolher os refugiados congolese no Brasil sugere muito mais que uma abertura de portas diante de uma fuga desesperada. Vai além de simplesmente estabelecer um novo piso. Mas sim devendo considerar sensações territoriais e simbólicas de pertencimento. Considerando as atribuições de Santos (1996), podemos refletir sobre este conceito. [...] Ao realçar a oposição entre uma interação mediada pelas técnicas e sua racionalidade e uma interação mediada pelos símbolos e pela ação comunicacional (SANTOS, 1996, p. 315).

Santos (1996) nos reserva a tarefa árdua de ressignificar símbolos dentro da diversidade territorial. Ainda conforme sua lanterna explicativa, o autor comenta que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. Nestes termos podemos descortinar o ofício hercúleo de garantir cidadania mínima sem perder a amálgama simbólica fundamentada em cada existência deslocada espacialmente. Porque o conceito simbólico e afetivo de lugar é heterogêneo em demasia para adotar um padrão de acolhimento.

Aos deslocados que sofreram a espoliação assombrosa do sistema, consumada em perdas territoriais, simbólicas e cidadãs; resta a tentativa de ressignificar novas fronteiras (hostis ou não) e redescobrir o dimensionamento topofílico³. Para que tamanho desafio tenha efeito torna-se urgente repensar

³ Conceito que relaciona o *topos* (lugar) às vivências, sensações e simbolismos entre indivíduos e o lugar. Ver Yu-Fu Tuan. **Topofilia**. Londrina: Eduel, 2015.

as atribuições dos Estados para o acolhimento das massas deslocadas por pressões de guerras, conflitos armados, eventos genocidas, perseguições culturais, religiosas e políticas como instituição medular para transformar o processo técnico do refúgio em ação humanizada.

Bauman (2017) nos alerta sobre o crescimento do número de imigrantes e refugiados. Segundo o autor o processo de globalização, as guerras, e os regimes autoritários são os fatores que impulsionam os deslocamentos.

[...] O número de imigrantes tende a crescer rumo ao equilíbrio, até que os níveis de bem-estar se igualem nos setores “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” do planeta globalizado. Esse resultado, no entanto, como toda probabilidade, vai levar muitas décadas para se alcançado, mesmo desconsiderando-se as guinadas imprevistas do destino histórico. Refugiados da brutalidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram - como são agora - estranhos [...] sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas - adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo (BAUMAN, 2017, p. 13-14).

Na citação feita anteriormente, o autor olha a sociedade a partir de dois pontos de vista diferentes. O primeiro seria o ponto de vista do sociólogo que possui um acúmulo de informações capazes de fazer uma análise de conjuntura e identificar que esse movimento está em desequilíbrio, apontando também a quantidade de tempo que levará para que os deslocamentos forçados possam atingir um equilíbrio. O que nesse ponto ele não considerou foi a espoliação contínua do capitalismo, que em sua finalidade está o lucro e não o equilíbrio populacional. O segundo ponto de vista é de um cidadão comum, que olha para os refugiados com estranhamento, pois de fato o são. Contudo, esse estranhamento não necessariamente precisa produzir medo. Ele pode provocar incerteza, quanto aos reflexos desse novo grupo nos sistemas de saúde, embora, nem todos os países europeus tenham sistema público de saúde. A incerteza quanto ao suporte do governo quanto ao emprego, habitação, escolas visita as

mentes e os corações dos cidadãos comuns, quando o assunto é o deslocamento de grandes massas.

Uma parte dos cidadãos comuns vai vencer o medo e juntamente com os outros vão provocar os governos locais, para a criação de políticas públicas que possam acolher os imigrantes e refugiados buscando a sua integração social. Contudo, uma outra parte vai dar lugar ao medo, que a partir de informações nacionalistas gerará uma onda de xenofobia. Esse grupo será contra a adoção de políticas públicas e intencionaram a retirada a força de seu território dos estranhos que batem às suas portas. Os políticos ficarão divididos.

Um grupo de políticos vai ao encontro dos protocolos e acordos humanitários internacionais, buscando nesses documentos uma alternativa para o desequilíbrio populacional provocado pela onda de imigrantes e refugiados. O outro grupo vai rapidamente organizará um programa contra a entrada de imigrantes e refugiados, alegando desde o aumento da criminalidade, impacto desfavorável na oferta de empregos e até mesmo doenças desconhecidas. Isso vai aumentar a pressão sobre o governo, que diplomaticamente terá que contornar a propaganda que esse grupo vai fazer. O que esse grupo de políticos esqueceu, ou fingiu esquecer é que a riqueza de seu país se assenta numa história de espoliação e de colonialismo.

E então, um belo dia, a burguesia é despertada por um tremendo choque, como um bumerangue: as gestapos estão atarefadas, as prisões estão cheias, os torturadores inventam, refinam, discutem em meio aos seus instrumentos de trabalho. Surpresa e indignação. E as pessoas dizem “Que estranho! Mas ah! É o nazismo, vai passar! E esperam e esperam; e se mantém caladas diante da verdade: que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquilo que coroa, aquilo que resume o caráter cotidiano das barbáries; que é nazismo, sim, mas que antes de serem suas vítimas, foram cúmplices; que esse nazismo, toleraram antes de sofrê-lo; absolveram-no, fecharam seus olhos e o legitimaram, porque, até então, havia sido aplicado apenas a povos não europeus; cultivaram esse nazismo, ele é sua responsabilidade, e ele gotejava, escorria, penetrava antes de engolir em suas águas avermelhadas, por todas as fendas a civilização ocidental cristã (CÈSAIRE, 2020, p.17-18).

Aimé Césaire chama a nossa atenção em seu *Discurso sobre o Colonialismo*, um texto que levanta muitas questões, que ficaram sobre a mesa, para pensar, pois não é nossa proposta trazer respostas, ao contrário, dividir

inquietações e provocar a problematização. Mesmo escrito em maio de 1968, na França o texto ainda mantém o seu vigor e dispara contra o pensamento burguês, que a tolerância ao autoritarismo na Europa é filha da ação exploradora fora do continente. Essa tolerância colocou sob juízo a civilização ocidental cristã. No livro de Bauman (2017) não encontramos em suas referências o texto de Aimé Césaire. Eles falam de lugares sociais distintos. O último está no continente europeu, mas sabe que não é europeu. Ele é da Martinica e participa de um grupo de estudantes estrangeiros, que contestam as ações imperialistas. Os textos produzidos por esse grupo vão alimentar uma geração inteira, que vai não só na teoria como na prática contestar as ações dos países desenvolvidos na África, Ásia e também nas Américas, desnudando as ações que falsamente tentaram espoliar os territórios sobre o pretexto de ação civilizatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos um caminho que nos permitiu conceber inicialmente que, a infância refugiada é aquela que sobreviveu devido aos cuidados de seus pais. Ela está em trânsito, entre dois mundos, marcada pela fragilidade e delicadeza. Constituindo-se lentamente em um novo território, com rugosas relações de poder, que elas tentam apreender em seus desenhos.

A guerra do COLTAN faz as vidas dos africanos serem consideradas refúgio humano gerando a face mais perversa do refúgio. Há grupos sociais em luta pelo controle do território. Uns possuem mais força do que outros. Nesse jogo, os mais frágeis são obrigados a se deslocar, iniciando o processo de desterritorialização e reterritorialização, no qual o neoliberalismo turvou a razão e estabeleceu o lucro, acima da dignidade da vida humana.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Excepção**. Portugal: Edições 70, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. *We Refugees. Symposium*; Summer 1995; 49,2; Periodicals Archive Online. <https://thehubedu-production.s3.amazonaws.com>. Data do Acesso: 10/06/2019.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos a nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CÈSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
Brasil. LEI N.º 9.474, de 22 de julho de 1997.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm. Data de Acesso: 06/05/2019.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DELEUZE, Giles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1992.

FLORENTINO, Manole e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História Social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando.
<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Data de Acesso: 06/05/2019.

MUKASONGA, Scholastique. *A mulher dos pés descalços*. São Paulo: Editora Noz, 2017.

PROST, Antoine. Como a História faz o historiador. **Anos 90** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6792>. Data de Acesso: 20/04/2019.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças no Brasil**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia**. Londrina: Edel, 2015

TANURI, Regina Petrus. **Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”**: das ações institucionais e políticas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese de Doutorado. Em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ. Rio de Janeiro. 2010.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

Recebido em: 13/02/2023

Aprovado em: 30/03/2023

Publicado em: 07/08/2023